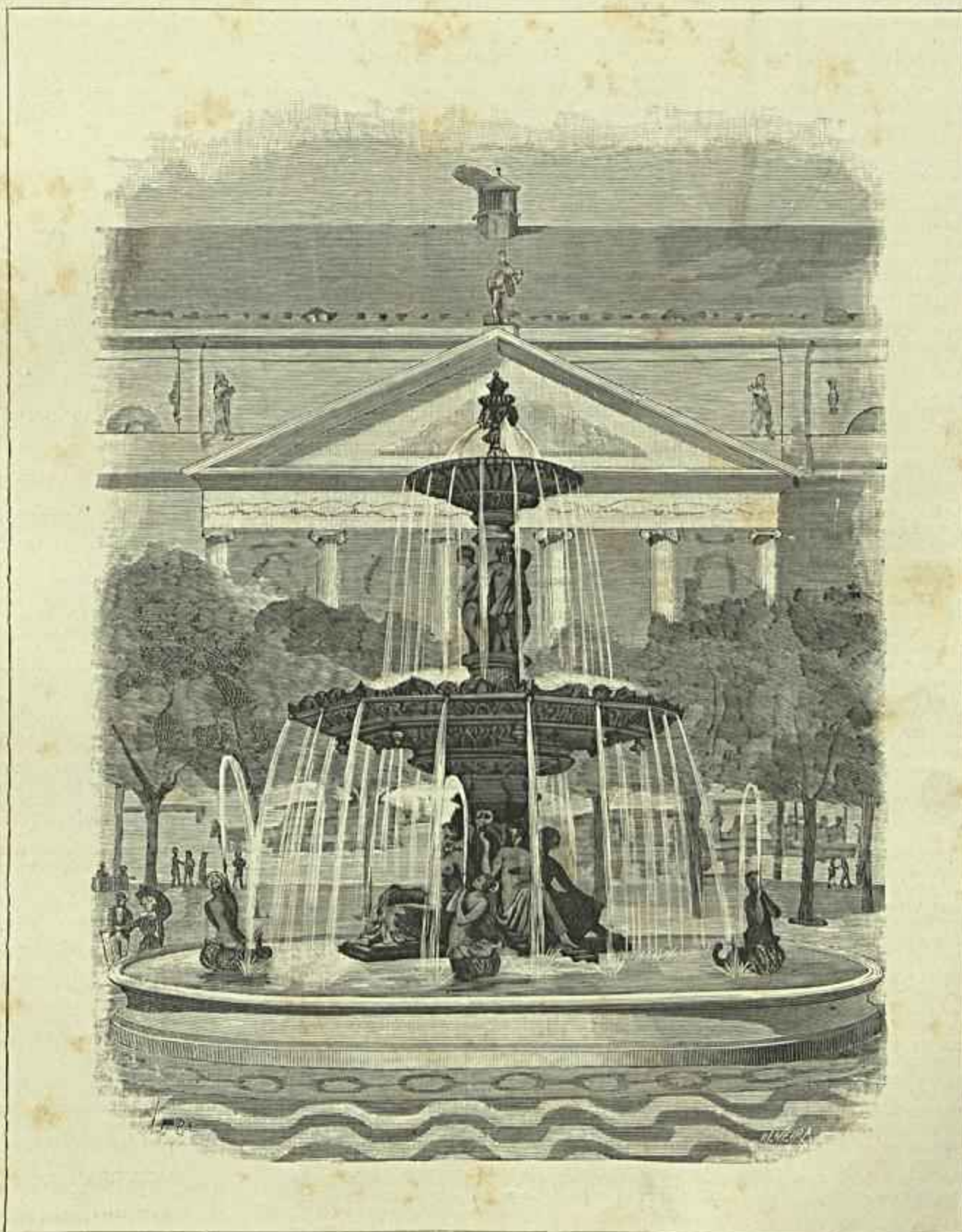


OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

Preços da assignatura	Anno 36 n.ºs	Semest. 18 n.ºs	Trim. 9 n.ºs	N.º à entrega	12.º ANNO — VOLUME XII — N.º 389	REDACÇÃO—ATELIER DE GRAYURA—ADMINISTRAÇÃO
Portugal (franco de porte, m. forte)	38800	18900	8950	5120	II DE OUTUBRO DE 1889	LISBOA L. DO POÇO NOVO, ENTRADA PELA T. DO CONVENTO DE JESUS, 4
Possessões ultramarinas (idem)...	46000	23000	—	—		Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos á administração da Empresa do Ocidente, sem o que não serão attendidos.
Extrang.(união geral dos correios)	56000	28500	—	—		



MELHORAMENTOS DE LISBOA—FONTE MONUMENTAL EM CONSTRUÇÃO NO ROCIO (Desenho de L. Freire)



CHRONICA OCCIDENTAL

O tristissimo acontecimento, que nos tomou toda a chronica do ultimo numero, a morte do sr. infante D. Augusto, não nos permittiu que nos occupassemos n'ella, como era nosso dever e desejo, d'um importantissimo acontecimento diplomatico, que é do mais alto alcance e do mais alto interesse para a nossa litteratura e para a nossa arte—a convenção litteraria e artistica celebrada com o Brazil em 9 do mez de setembro passado.

Ha muitos annos que os litteratos e os artistas portuguezes reclamavam instantemente um convenio que lhes garantisse a propriedade das suas obras no Brazil, que no fim de contas é o unico mercado aberto á exploração das letras portuguezas, e os governos do nosso paiz tendo celebrado tratados litterarios internacionaes com a França, com a Hespanha e com a Belgica, tratados em que Portugal tinha tudo a perder e nada a ganhar, porque a reciprocidade de direitos e de garantias dada n'essas convenções não tinha applicação pratica desde o momento em que, nem as nossas obras litterarias nem as nossas obras artisticas tem ingresso no mercado d'esses paizes—procuravam em vão celebrar um tratado litterario com o Brazil, unico que nos era util e vantajoso.

Finalmente a reluctancia que durante dezenas d'annos o Brazil oppoz á celebração d'esse tratado, ao reconhecimento do direito de propriedade litteraria e artistica que o mundo moderno reconhece e acata como um dos mais sagrados direitos, desapareceu em face do grande movimento feito n'estes ultimos tempos na Europa em favor d'esse direito; movimento cuja iniciativa brilhante e poderosa se deve á França, e no dia 9 de setembro firmou-se entre os dois paizes, Brazil e Portugal um tratado que garante reciprocamente aos homens de letras e aos artistas brazileiros e portuguezes a propriedade do seu trabalho em qualquer dos dois paizes.

Felicitações vivamente o governo portuguez por esse accordo a que chegou e congratulamo-nos com os nossos collegas brazileiros pela celebração d'esse tratado, que reconhece e garante, em fim, a propriedade do trabalho intellectual, essa propriedade que hoje é reconhecida e garantida em quasi todos os paizes da Europa.

Parece-nos perfeitamente ocioso estar a encarecer os interesses enormes que da convenção com o Brazil devem resultar infallivelmente para as nossas letras.

Como toda a gente sabe o Brazil é o unico mercado estrangeiro onde os livros portuguezes tem curso, e mercê das grandes dimensões do Brazil, esse mercado pode-se dizer affoutamente o mais importante que as letras portuguezas tinham a explorar, mais importante ainda que o mercado portuguez, porque ao passo que este consome mil exemplares de qualquer obra, o Brazil consome cinco e seis mil exemplares d'essa mesma obra, apesar mesmo da contrafacção, que até agora se dava sempre ou quasi sempre com as obras de certa importancia e que tinham acceitação no Brazil.

Porque essa contrafacção, desde o momento em que não havia tratado era perfeitamente legal, e contra ella nada se podia fazer.

Alguns auctores e editores portuguezes com uma esperteza ingenua julgavam evitar essa contrafacção declarando no frontispicio do livro que a propriedade d'esse livro no Brazil pertencia ao sr. Fulano de Tal, subdito brazileiro.

O livro chegava lá e os editores portuguezes ou brazileiros residentes no Imperio faziam logo d'elle numerosas edições sem que ninguém lhe fosse á mão, sem que ninguém podesse protestar.

Porque a questão é tudo o que ha de mais simples e claro.

Para que um editor ou um auctor portuguez pudesse ceder a propriedade da sua obra no Brazil, era necessario, era indispensavel que tivesse essa propriedade.

Ora desde o momento que não havia tratado com o Brazil, os portuguezes não tinham a propriedade das suas obras no Brazil e não tendo essa propriedade não a podiam ceder a ninguém, pela razão clarissima e velhissima de que para ceder uma coisa, a primeira condição indispensavel é tê-la.

Apesar d'isto ser tão claro, tão logico e tão incontestavel a ignorancia enorme que ha entre nós acerca das questões de propriedade litteraria, ignorancia mesmo em pessoas interessadas no as-

sumpto, faz com que a principio essa tal declaração do editor ou auctor estrangeiro no frontispicio da sua propriedade pertencer a um determinado sujeito, produza certa impressão. E esta ignorancia não se dá cá entre nós, parece, porque ainda ha dias lemos em varios jornaes a noticia de que um editor italiano, o sr. Ricordi, acabava de adquirir para todo o mundo a propriedade exclusiva de uma porção d'obras.

Essa noticia mostra a ignorancia absoluta acerca das leis, que regulam a propriedade litteraria entre nós.

O sr. Ricordi ou outro qualquer editor italiano pode ter a propriedade das obras por elle editadas para todo o mundo excepto para Portugal, e pela razão simples d'entre Portugal e Italia não haver tratado de propriedade litteraria e de por conseguinte entre nós se não reconhecer o direito de propriedade das obras publicadas em Italia, como em Italia não se reconhece a propriedade das obras publicadas em Portugal.

E desde o momento em que as obras litterarias e artisticas italianas não tem direito de propriedade reconhecido em Portugal, os auctores não podem nem ceder nem vender essa propriedade a pessoa alguma, pela razão obvia de que não tem essa propriedade.

Em Portugal só se reconhece a propriedade litteraria das obras publicadas em territorio portuguez segundo as disposições do capitulo 2.º, artigos 570 a 612 do Codigo civil.

A propriedade d'obras publicadas em territorio estrangeiro só é reconhecida desde que com esses paizes ha convenções especiaes e é reconhecida debaixo das condições e formulas n'essas convenções determinadas.

Até agora Portugal tinha apenas convenção litteraria com tres paizes, a França, a Hespanha e a Belgica, e portanto só os auctores ou editores de obras publicadas no territorio d'estes tres estados gozam do direito de propriedade das suas obras em Portugal, e ainda assim esse direito é restricto a condições especiaes e sujeito ao cumprimento das formalidades prescriptas nas respectivas convenções.

Os editores ou auctores d'obras publicadas n'outros paizes podem fazer as declarações que quizerem, podem ceder ou vender a propriedade em Portugal a quem lhes approver, que essas declarações, cedencias ou vendas são completamente nullas em face das leis vigentes, não tem valor e importancia alguma.

Era exactamente isto o que nos acontecia no Brazil, e que vae deixar de acontecer d'hoje em diante, mercê do tratado concluido, que garante reciprocamente a propriedade das obras litterarias nos dois paizes, ignorando nós por emquanto o tempo de duração d'essa garantia e as formalidades exigidas para a obter, visto o tratado não ter sido ainda publicado na sua integra.

Dos tres tratados litterarios actualmente existentes, dois são quasi identicos, os tratados com a França e com a Belgica: o da Hespanha porém é differente e é o que mais amplamente reconhece a propriedade litteraria, não obrigando a nenhuma formalidade previa de registo e bastando para que a obra Hespanhola tenha os seus direitos em Portugal, como se fosse portugueza e vice versa, que esses direitos lhe sejam conhecidos segundo as suas leis respectivas.

Não sabemos por qual d'estes dois typos foi feito o tratado com o Brazil, em todo o caso fosse por um, fosse por outro, a differença é pequenissima, visto a lingua dos dois povos ser a mesma e não se tratar portanto do direito de traducção, direito em cuja garantia mais divergem esses dois typos de convenção.

Na convenção com a Hespanha o direito de traducção da obra hespanhola pertence ao seu auctor como se elle fôra portuguez, e segundo as nossas leis, nas convenções com a França e com a Belgica esse direito só pertence aos auctores pelo espaço de 5 annos, e ainda assim debaixo de condições restrictas e especiaes.

Em quanto ao direito de reproducção esse é garantido aos auctores Hespanhoes, sem a formalidade previa de registo, como já dissemos pelo prazo que esse direito for reconhecido pelas leis portuguezas aos auctores nacionaes, isto é toda a sua vida e 50 annos depois da sua morte, e aos auctores francezes e belgas, durante o tempo que as suas leis respectivas lh'os garantem mas com a condição de fazerem registrar as suas obras nas legações de Portugal, ou no Ministerio do Reino dentro do prazo de 3 mezes a contar da publicação d'ellas.

Em qualquer dos casos portanto, ou se adoptasse o typto da convenção com a Hespanha, ou das convenções com a França e a Belgica para a convenção feita com o Brazil, o resultado era o mesmo,

porque com o Brazil não ha o direito de traducção, mas simplesmente o de reproducção e esse, amplamente garantido em ambas com a differença de formalidade de registo, e por todos os modos essa convenção é um beneficio enorme feito aos homens de letras portuguezas, alem d'uma grande obra de justiça, do reconhecimento do sagrado direito que todo o homem que trabalha tem ao fructo do seu trabalho, ao producto da sua intelligencia.

A respeito da sinistra tragedia no Tejo, que narrámos na nossa penultima chronica e que tanto impressionou Lisboa desvaneceram-se as ultimas esperanças que havia da salvação d'alguns dos naufragos.

Faltavam tres cadaveres, os das duas crianças e o do sr. Leitão, e essa falta fizera nascer esperanças muito tenues sim, mas não de todo injustificadas, que o sr. Leitão se tivesse podido salvar a bordo d'algum barco, que passasse e salvando juntamente consigo as duas crianças.

Infelizmente duraram pouco essas esperanças, e dias depois o mar arrojou á praia o cadaver do sr. Leitão e o d'uma das crianças, o do filho do sr. Olympio Ferreira.

O cadaver do filho do sr. Thomaz d'Oliveira, esse não appareceu ainda, mas a sua ausencia não dá lugar á mais ligeira esperança, á mais tenue conjectura de salvação, pois nem é crível nem verosimil, que essa infeliz criança se salvasse, e tudo leva a crer que o seu cadaver ou ficou por ali preso em algum rochedo, ou foi levado pela corrente para o alto mar.

E assim terminou lugubrememente, sem que uma só das hypotheses risonhas que se tinham formulado se realisasse, esta medonha catastrophe, cujos promenores, cuja origem ficarão sendo um eterno enigma.

Gervasio Lobato.



AS NOSSAS GRAVURAS

MELHORAMENTOS DE LISBOA

AS FONTES MONUMENTAES DO ROCIO

A camara municipal de Lisboa, no seu empenho de aformosear a capital, tem emprehendido n'estes ultimos annos importantes melhoramentos, em que avulta principalmente a Avenida da Liberdade, o mais vasto passeio e a mais bella via publica que Lisboa hoje tem.

No intuito de embelezar a praça de D. Pedro (Rocio) resolveu collocar ali duas fontes monumentaes, que já se acham em construcção.

Não abundamos muito na idéa de tal embelezamento, no entanto mais se justificaria se essas fontes fossem um producto da arte nacional.

Teriam a vantagem de serem unicas e de representarem o trabalho de artistas portuguezes, que os ha muito capazes de imaginarem quantas fontes monumentaes a camara municipal quizesse collocar por essa Lisboa.

Em toda a parte estes embelezamentos obedecem a duas idéas—a de embelezar uma cidade, e a de dar que fazer aos seus artistas, tudo que não seja isto é demasiado brazileiro para uma capital da Europa.

As fontes que se estão construindo no Rocio e de que reproduzimos o desenho em nossa primeira pagina, formam uma bacia de pedra a meio da qual se ergue um grupo de figuras sustentando duas ordens de taças, tudo fundido em ferro bronzeado.

O grupo é bonito, como se pode vér pela estampa, e é producto da fabrica de fundição de Val d'Osne, que terá fornecido exemplares identicos para varios jardins de ricassos, ou para algumas cidades de provincia. Entretanto Lisbon poderá apresentar á pasmaceira indigena e á critica dos estrangeiros dois exemplares d'essas fontes n'uma das suas primeiras praças.

Afinal talvez haja coherencia n'isto. Os iniciadores d'este melhoramento na capital talvez sejam amadores de oleographias e as tenham nas suas salas como se foram os quadros originaes.

A MALA REAL PORTUGUEZA

O PAQUETE «REI DE PORTUGAL»

O engrandecimento das nossas colonias, está sendo no nosso tempo uma idéa dominante, que se vae reduzindo á pratica e de que ha a esperar o mais

auspicioso futuro, de que o presente é bom agouro.

A necessidade de desenvolver a navegação para a Africa portugueza, começa a sentir-se fortemente, como meio de estreitar as relações com aquelle paiz e de lhe facilitar os meios de progresso de que ha mister.

A Mala Real Portugueza vem afervorar essas relações, e bem irá a Portugal e á Africa quando entre os dois paizes se sustentar uma navegação tão frequente como a que hoje tem com o Brazil, ainda que por meio de paquetes estrangeiros!

É por isso que saudamos entusiasmados a nova navegação para Africa, nós que tanto temos pugnado desde o principio do nosso periodico pelo engrandecimento d'aquelle grande paiz, por tantos annos descurado pelo mais deploravel erro da politica portugueza.

Estamos convencidos que mais alguns annos de propagação e de trabalho em favor da nossa Africa, ella deixará de ser terra de degradados, para ser um imperio commercial, civilisado e prospero que encherá de orgulho o velho Portugal, tão injustamente apreciado pelas nações a quem elle abriu a navegação dos mares, e que d'elle adquiriram tantos paizes onde a bandeira das quinas foi a que primeiro se desfraldou aos ventos das florestas virgens.

Tinhamos um mundo, mas ainda nos resta um imperio; e depois de todas as dadas e mutilações ainda somos a nação da Europa que possui mais vastos dominios coloniales!

Tal era o colosso!

Pois bem, cuidar d'esses dominios deve ser hoje um dos nossos principaes factos, e por isso honra a todos que vem lidar n'esta santa causa.

A Mala Real Portugueza que inaugurou as suas carreiras para Africa, em 15 de agosto ultimo, com o vapor *Tungue*, vem prestar um relevante serviço aos dois paizes, vem secundar os esforços feitos pela Companhia Nacional que ha annos mantinha uma carreira mensal para Africa, e como o progresso é exigente cada vez mais, esta companhia já duplicou as suas carreiras, dando em resultado, que hoje temos tres carreiras mensaes para os portos d'África, indo os vapores da Mala Real Portugueza até á Africa Oriental, no que se avantajam á antiga companhia cujo termino das suas viagens é Loanda.

A organização definitiva da parceria da Mala Real Portugueza foi em 27 de junho de 1888, dia em que se formou a sociedade, composta dos srs. Alfredo d'Oliveira Souza Leal, Antonio Montenegro & C.ª, Antonio de Souza Carneiro Lara, Souza Lara & C.ª, Marquez da Foz, Conde Daupias, Francisco Pereira Cabral, Antonio Julio Machado, Arnaldo Navarro, Alexandre Peres, José Cezar d'Araujo Rangel, Antonio de Queiroz Montenegro, Manoel Joaquim Alves Diniz, George Lambert, Euzébio Serordio Gomes, João Baptista de Macedo & Irmão, José d'Almeida Baptista, João Gonçalves Pereira Bastos, José da Costa Pedreira, Antonio Azancot, Manuel Joaquim de Souza, Jeronymo de Serpa Chambel Quaresma, Nicolau José da Costa, Antonio Gonçalves Ramalhete, Dr. Jorge Rivotti, Candido Rodrigues, Francisco de Souza Carneiro, Bento José Pereira, Jesuino Antonio Pereira, Miguel Maria Bravo, José da Cruz, Ernesto Driesel Schroeter, Antonio Alves Gouvêa, Domingos Martins da Costa Ribeiro, José d'Almeida Baptista Junior e a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Atravez d'África.

Esta sociedade obteve a transferencia do contracto celebrado em 4 de junho de 1887 entre o governo portuguez e os srs. Alfredo d'Oliveira Souza Leal e Antonio de Souza Carneiro Lara para a navegação para Africa, no qual contracto o governo concede o subsidio annual de 98:000\$000.

As carreiras que este contracto estabeleceu são as seguintes:

Uma carreira mensal entre Lisboa e Mossamedes com escala na ida e na volta por S. Vicente ou S. Thiago, S. Thomé e Loanda.

Uma carreira mensal entre Mossamedes e o Ibo, com escala na ida e na volta por Lourenço Marques, Inhambane, Quelimane e Moçambique, devendo prolongar-se até Zanzibar se assim for necessario para assegurar as communicações regulares entre Moçambique e a India portugueza.

Uma carreira suplementar mensal entre os portos de Chiloane, Sofala, Pungue e Inhamissongo, ligando com a segunda carreira em Quilimane.

Os vapores que a Mala Real Portugueza adquiriu para este serviço são: *Rei de Portugal*, *Loanda*, *Moçambique* e *Malange* de 3:400 toneladas cada um e feitos expressamente.

O *Ibo*, de 1:500 toneladas adquirido á primeira sociedade, e o *Tungue* e *Rovuma* de 400.

Estes tres ultimos vapores são destinados ás carreiras entre a Africa Occidental e Oriental sendo

o *Rovuma* para a navegação entre os portos da Africa Occidental.

O paquete *Rei de Portugal* que largou do Tejo no dia 15 de setembro com destino a Mossamedes, é igual aos outros tres vapores destinados á mesma carreira.

É um bello navio que reúne todos os aperfeiçoamentos que se tem feito nas construcções navaes.

Foi fabricado pelos constructores Scott & C.ª de Greenok.

A sua medida e lotação é:

Máximo comprimento, 363; bocca, 42; pontal, 286; deslocamento em 21'11" de callado, 5.300 toneladas; tonelagem de registro, 3.500 toneladas; machinas: triplice expansão, desenvolvendo a força de 4:000 cavallos indicados; marcha media obtida nas experiencias feitas no rio Clyde, 14 1/2 knots.

Tem accommodações para:

75 passageiros de 1.ª classe; 25 ditos de 2.ª classe; 120 ditos de 3.ª classe; 12 degradados e 240 praças.

A 2.ª classe é quasi igual á 1.ª. Na 3.ª tambem ha commodidades que devem agradar aos passageiros.

Toda a iluminação é electrica, mas tem supplementar de petroleo.

Do *Rei de Portugal* já houveram noticias de ter chegado a S. Thomé com 13 dias de viagem tendo feito escala por S. Vicente, provando assim o bom andamento d'este barco.

Para completar esta noticia resta-nos dizer que a direcção da *Mala Real Portugueza*, está confiada aos socios srs. Antonio Julio Machado, Alfredo d'Oliveira Souza Leal e João Gonçalves Pereira Bastos, que está desempenhando o serviço do sr. Arnaldo Navarro, e o sr. Antonio Souza Carneiro Lara, supplente no impedimento dos directores effectivos.

Esta direcção administrará a parceria durante os primeiros seis annos.

CAPELLA DE S. JORGE EM ALJUBARROTA

Na estrada que conduz de Lisboa ao Porto, entre Aljubarrota e a Batalha, encontra-se uma pequena capella, tão humilde e tão derruida como um ermiterio de aldeia pobre e quasi despovoad.

Para o transeunte indifferente ou ignorante o pequeno templo passa despercebido na sua modesta fabrica descurada, mas para o que conhecer alguma cousa da historia portugueza, attentará reverente, e o seu coração pulsará mais apressado, possuido de commoção, como que em presença de um quadro que recorde qualquer grande feito, que deixe de si eterna memoria.

É que essa pequena capella recorda uma grande acção, é o monumento singular e piedoso que commemora a independencia de um paiz, que em um dado momento historico esteve dependente da sorte das armas, na guerra mais arriscada e desproporcionada que talvez se tem ferido entre ostus aguerridos — a batalha d'Aljubarrota.

Sim, foi alli, n'aquelle sitio e suas immediações que se mediram os dois exercitos, o que vinha conquistar e o que defendia a independencia da patria. Foi alli que o exercito de Castella, composto de trinta e um mil homens e tendo por chefe o proprio rei D. João I, e o pequeno exercito de Portugal, que apenas contava seis mil e quinhentos combatentes, capitaneados pelo Mestre de Avis D. João I e pelo valoroso D. Nuno Alvares Pereira, se encontraram e feriram a batalha.

N'essa batalha, como se sabe, decidia-se da independencia de Portugal, pois que D. João I de Castella, queria fazer valer os direitos do seu contracto nupcial cavilosamente celebrado com o fraco rei D. Fernando, sob a influencia nefasta da rainha sua mulher D. Leonor Telles, por occasião do seu casamento com a infanta D. Beatriz filha unica de D. Fernando.

Este contracto dava a D. João I de Castella o direito ao throno de Portugal por morte de D. Fernando se este morresse sem deixar filho legitimo varão, permitindo a D. Leonor Telles a regencia do reino até que a infanta sua filha tivesse um filho chegado á idade de 14 annos a quem então entregaria o governo.

A revolução do mestre d'Aviz contra o governo de D. Leonor Telles, mudou completamente o estado das cousas, e portanto annullou as condições do contracto a que nos referimos; e D. João I de Castella depois de tentar pela força das armas fazer valer os seus direitos, pondo cerco a Lisboa valorosamente defendida pelo Mestre d'Aviz, tentou segunda campanha, para a qual reuniu o melhor de seu exercito, e entrou desassombrada-

mente em Portugal a dar batalha nos campos de Aljubarrota.

Era, portanto, uma lucta desesperada e decisiva a que se ia travar. A superioridade do inimigo era enorme, em presença do pequeno exercito portuguez. Só uma grande fortuna das nossas armas poderia dar-nos a victoria, e Deus foi por nós, porque o exercito portuguez triumphou do modo mais completo, ficando o exercito inimigo completamente derrotado, no mais desastroso combate, em que nada salvou, fugindo uns com o seu chefe D. João I de Castella em desordenada fuga, enquanto os mais jaziam moribundos no campo ou se entregavam a discrição.

Então como hoje bem se podia attribuir a milagre um tal feito, e porque n'aquelles tempos a crenga religiosa dominava os corações, o rei D. João I assignou a sua fé levantando o maravilhoso convento da Batalha em cumprimento do voto que fizera em campanha, e D. Nuno Alvares Pereira, que não dispunha das rendas do Estado, mandou construir a pequena capella, que reproduzimos na nossa gravura, dedicada a S. Jorge invocado pelos portuguezes no ardor da peleja, em memoria d'aquelle glorioso feito.

A capella de S. Jorge, na sua primitiva construcção parece que se limitava a parte que hoje constitue a capella-mór d'este pequeno templo, a qual é exteriormente ameaçada, e interiormente em estylo ogival, tendo no fecho da aboboda arzoada um relevo representando o pelicano e a rede, emblema de D. João II, o que faz suppor que este monarcha reconstruiu o edificio.

A parte do edificio que liga com a capella-mór, é evidentemente uma construcção muito posterior á primitiva, apezar de bastante arruinada, faltando-lhe já o alpendre de que restam apenas as bases, assim como um pulpito de pedra derruido.

N'um dos altares lateraes d'esta capella, vê-se uma imagem de S. Jorge com o dragão, esculpida em pedra, e que deve ser da primitiva do templo, pela qualidade da esculptura bastante rude e egua.

É esta esculptura do seculo XIV, que a nossa gravura reproduz, como curiosidade historica.

THOMAZ EDISON

AUCTOR DO PHONOGRAPHO

O celebre electricista acaba de visitar a Europa, sahindo da sua America e vindo até Paris apresentar o seu phonographo que passou por uma completa transformação.

Thomaz Alva Edison, um dos mais prodigiosos espiritos do nosso seculo, conta hoje 41 annos de idade e desde 1869 que principiou a estudar a electricidade, cogitando no modo de melhor a aproveitar, como elemento prestavel e util para a humanidade, além dos que naturalmente se lhe utilisam.

Filho de paes pobres, e com uma educação limitada, só aos vinte annos pensou n'aquelle estado, suggerido pela telegraphia ao empregar-se como telegraphista.

De tal modo o telegrapho o impressionou e comprehendeu toda a latitude do grande invento, que pensou para si que elle tambem seria capaz de inventar, e principiou por querer simplificar a transmissão simultanea dos telegrammas por meio de um só fio.

Foi-lhe, porém, roubada esta idéa, o que não o desanimou e antes lhe deu incentivo para novas descobertas.

Uma d'essas descobertas foi o phonographo que apresentou em 1878, pela primeira vez no gabinete da redacção do *Scientific American* de New-York, collocando o seu pequeno apparelho sobre uma meza e fazendo com que elle perguntasse aos redactores do jornal, — como estavam de saude e se gostavam d'elle.

Esse apparelho era então muito mais simples e por isso mais imperfeito do agora apresentado, e o autor tanto reconheceu a imperfeição do seu invento, — que não obstante se podia considerar uma maravilha, — que continuou a estudar-o para o aperfeiçoar ao ponto em que hoje se acha e o veio apresentar em Paris e depois em Lisboa como tivemos occasião de o ouvir, na sessão que o sr. Carlos Monteiro e Souza, representante de Thomaz Edison, realisou nas salas do *Comercio de Portugal*, em a noite de 5 do corrente.

O novo phonographo baseando-se nos mesmos principios que o primeiro, tem sobre este a vantagem de ser mais sonoro e nitido na reprodução dos phonogrammas, e das suas placas phonographicas, compostas (segundo diz o auctor) de uma massa combinada de sabão e cera, offerecerem maior duração que as antigas de estanho, poden-

do reproduzir mais de quinhentos phonogrammas sem se inutilisarem pelo attricto.

Alem d'isto o novo phonographo é movido por meio de electricidade ou com um pedal combinado com um systema de rodas que lhe permite movimento mais rapido ou mais moroso, conforme a intencidade de que ha mister, mas sempre regular como o movimento d'um relógio.

Vimos funcionar o phonographo sobre uma mesa, e á primeira vista parecia-nos uma machina de costura de Singer. Duns pequenas caixas de madeira polida contem o famoso instrumento; em uma d'ellas funciona o cylindro metallico revestido da placa receptora dos sons, sobre o qual se applicam dois diaphragmas, um destinado a transmittir os sons á placa, quando o apparatus está preparado para os receber, e outro destinado a transmittir-os aos ouvintes quando o mesmo apparatus está disposto para este fim. Estes dia-

As vantagens praticas do phonographo são facéis de conhecer, e já hoje em Londres e na America se emprega o phonographo como um excellentissimo transmissor de ordens directas entre os chefes de casas commerciaes e seus empregados, da seguinte forma.

O dono da casa recebe e lê a correspondencia e depois transmitta as respostas ao phonographo. Este é transportado para junto do empregado que deve escrever essas respostas ou mandar cumprir as ordens do seu chefe, e do phonographo ouve o que deve fazer como se fosse do proprio patrão etc, sem que nenhum tenha de se tirar do seu logar.

O mesmo se pôde applicar nas secretarias de estado, etc.

Os depoimentos de testemunhas archivados no phonographo não poderão ser alterados.

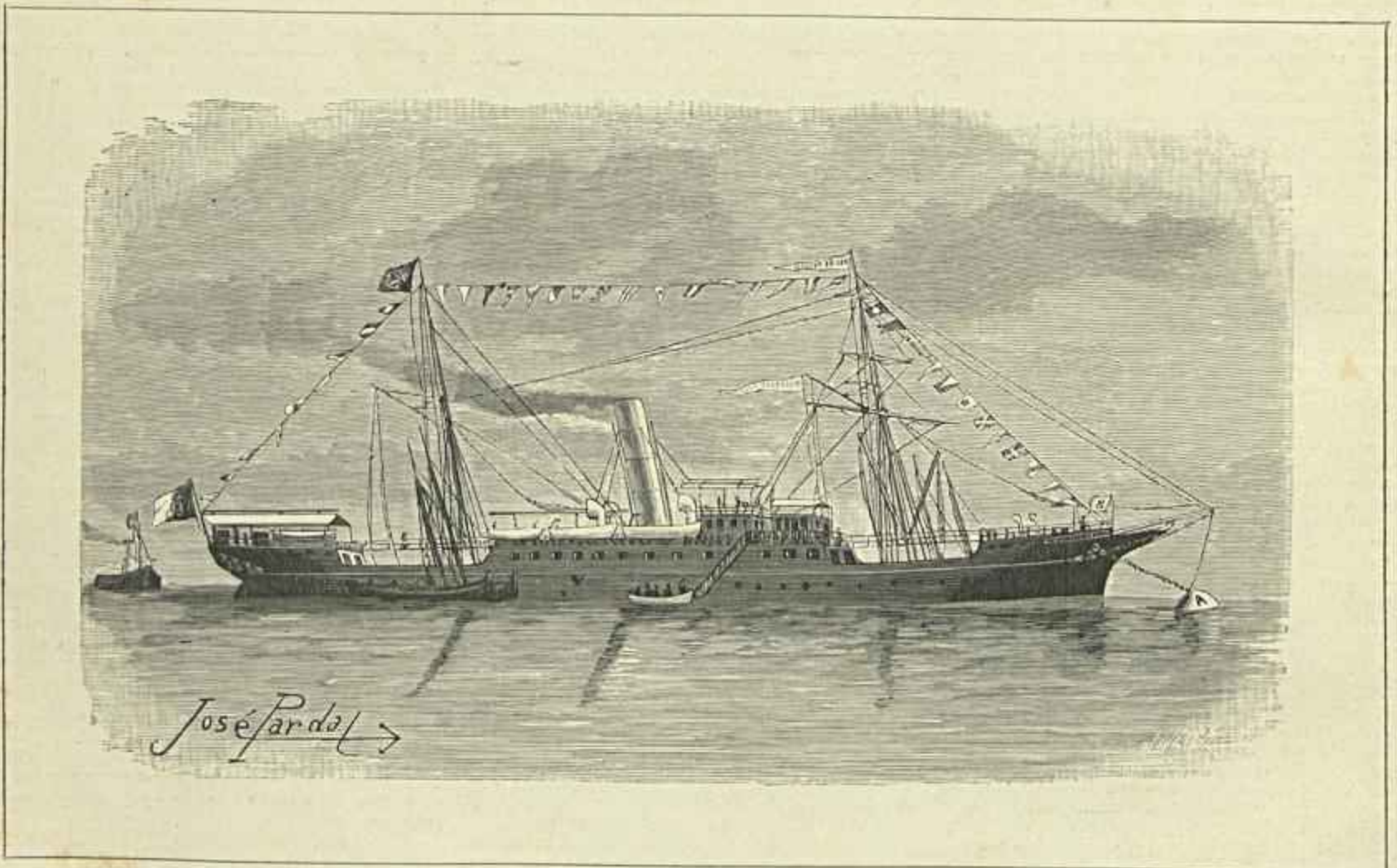
Um enfermo proximo da morte poderá confiar o seu testamento ao phonographo.

no, que reconheciam a auctoridade do rei de Castella. Partiu, pois, para o Porto, e d'alli seguiu á frente de 300 cavalleiros em direcção a Guimarães.

Em virtude de concerto, pouco antes feito entre el-rei e pessoas influentes na villa, foi esta, durante a noute, entrada e tomada pela hoste do mestre de Avis.

Não teve, porem, el-rei D. João I igual fortuna com o castello. O alcaide, Ayres Gomes da Silva, apesar de octagenario e enfermo, sentindo-se forte dentro d'aquellas altas muralhas, e no meio dos seus oitocentos homens de armas, estava resollido a sustentar a fortaleza a todo o transe pelo rei de Castella.

Foi cercado e combatido o castello pela hoste do mestre de Avis, já muito augmentada com os patriotas vimaranenses, que accorreram a alistar-se sob as suas bandeiras.



MALA REAL PORTUGUEZA—O PAQUETE «REI DE PORTUGAL» (Desenho de J. Pardal)

phragmas são fixos e ajustam-se á placa que gira no cylindro.

Na outra caixa, em communicacão com a primeira, funciona o mechanismo que regula o movimento do apparatus, e que está em contacto com uma pilha electrica de Grenet, ou com um pedal apropriado.

Foi na presenca de um auditorio composto de medicos, juriconsultos e jornalistas, que o sr. Monteiro de Souza fez funcionar o phonographo de Edison, principiando pelo phonographo se apresentar e complimentar os circumstantes, e depois reproduzir varios phonogrammas, em que tivemos occasião de ouvir Pinheiro Chagas elogiando o grande invento de Edison, o hymno real e uma marcha de guerra tocada pela charanga de artilheria n.º 1, um concerto de cornetim tomado em Londres, um trecho de musica da *Carmen* cantado por Francisco de Andrade no theatro de Londres, dois trechos da opera *Flavia* do maestro Souvignet tocados pelo mesmo anctor em piano, e todos estes phonogrammas reproduzidos com a clareza e nitidez sufficiente para serem apreciados, muito especialmente na audiçãõ directã, isto é, por meio de pequenos tubos de cautechouc applicados aos ouvidos.

As palavras dos oradores de qualquer assembléa serão religiosamente guardadas pelo phonographo.

Os discursos dos grandes oradores do mundo ou o canto dos cantores mais celebres poderão ser transmittidos ás gerações futuras, preciosamente guardados no phonographo.

Eis o grande invento de Thomaz Edison cujo retrato illustra este artigo, e de que o mundo tem a aproveitar a sua grande utilidade.

O CASTELLO DE GUIMARÃES

(Continuado do n.º 388)

III

Não decorreram muitos annos sem que resoassem mais uma vez os gritos de guerra junto aos muros de Guimarães.

Pouco depois de ser aclamado rei de Portugal nas côrtes de Coimbra com o nome de D. João I (1385), o mestre de Aviz tratou de sujeitar á sua obediencia os castellos e terras principaes do rei-

Succederam-se, portanto, os assaltos uns após outros, obrando-se de parte a parte gentilezas de valor até que em fim, perdendo o alcaide a esperança de ser soccorrido, rendeu-se por capitulaçãõ.

IV

Em uma das extremidades de Guimarães, entre o norte e leste, estendem-se umas fileiras de casas, tão pequenas, tão humildes e velhas, que mais parecem uma pobre aldeia do sertão, do que um bairro de uma cidade. Todavia, se a riqueza e a arte lhes recusaram os dotes que attrahem a attencão do viajante, concederam-lhes os seculos por nobreza brazão de remota antiguidade. Esse mesquinho bairro é o antiquissimo burgo que precedeu, como já disse, a villa, hoje cidade de Guimarães.

Levanta-se, pois, o velho alcaçar junto d'essa casaria, campeando senhorilmente sobre throno de rochas, em uma collina pouco elevada.

Compõe-se o castello de sete torres quadrangulares, unidas por laços de altas muralhas ameidadas, e da torre da menagem, muito mais elevada do que as outras. Duas das sete torres defendem a porta principal da fortaleza, e lhe apertam a pas-

sagem. Outras duas guardam a porta que dava sahida para o campo extra-muros, e que olha para o norte. As tres restantes guarnecem as muralhas entre as duas portas, uma do lado de oeste e duas da parte de leste. Todo o castello está construido de grossas pedras de granito.

Encosta-se exteriormente á muralha uma escada de pedra, que conduz ao adarve, passeio que vae correndo sobre os muros, em volta das ameias, com bastante largueza para os soldados d'ahi defenderem o castello.

As torres são coroadas por terrados, orlados de ameias, para os quaes se sobe por escadas de pedra, que, principiando nos adarves, vão encostadas ás paredes exteriores das mesmas torres.

É pouco espaçoso o ambito que as muralhas e a torre de menagem deixam livre no interior da fortaleza. Terá, pouco mais ou menos, 52 metros de comprimento e 36 de largura.

É no centro exactamente d'este espaço que se ergue a torre de menagem, tambem quadrangular e com sua corôa de ameias. A porta de entrada fica no mesmo nivel do adarve da muralha fronteira, o qual servia outr'ora de apoio á ponte levadiça. D'ahi para baixo não se vê na torre portas nem frestas. Todo esse vão interior era destinado para deposito de mantimentos, no caso de cerco. D'alli para cima era a torre dividida em tres pavimentos apenas allumiados pela escassa luz que a furto se cõa pelas estreitas e pequenas frestas abertas nas quatro paredes.

Presentemente já não existe a ponte levadiça, nem a distribuição dos pavimentos; mas vê-se o logar e vestigios d'elles, assim como se divisam sobre o porta as aberturas a modo de oculos, por onde corriam as cadeias de ferro que suspendiam e baixavam a ponte.

Segundo se lê nos escriptores dos seculos xvii e xviii, que trataram das antiguidades de Guimarães, via-se, á entrada d'esta torre gravada em uma pedra, a seguinte inscripção: *Via maris*. (caminho do mar). Algum d'estes auctores preten-



S. JORGE, ESCULPTURA DO SECULO XIV
EXISTENTE NA CAPELLA DE S. JORGE EM ALJUBARROTA

dem derivar d'esta inscripção o nome de Guimarães, dizendo que é corrupção de *Vimaranes*. O que é certo, por constar de esculpturas contemporaneas, é que se chamava *Vimaranes* a quinta em que a condessa Dona Muma edificou o seu mosteiro duplex beneditino, mais tarde convertido em collegiada e Nossa Senhora da Oliveira. Quanto a inscripção, se existiu, gastou-a o tempo. Tendo visitado este castello em diferentes occasiões, não obstante minuciosas investigações que fiz, não descobri vestigio algum d'ella.

Além da sua importancia, como monumento de remota antiguidade, e por ser a unica fortaleza do seculo x, que existe no paiz em bom estado de conservação, encerra este castello, como jóia em precioso cofre um padrão historico de alto valor: os restos do paço, onde nasceu o glorioso fundador da monarchia portugueza.

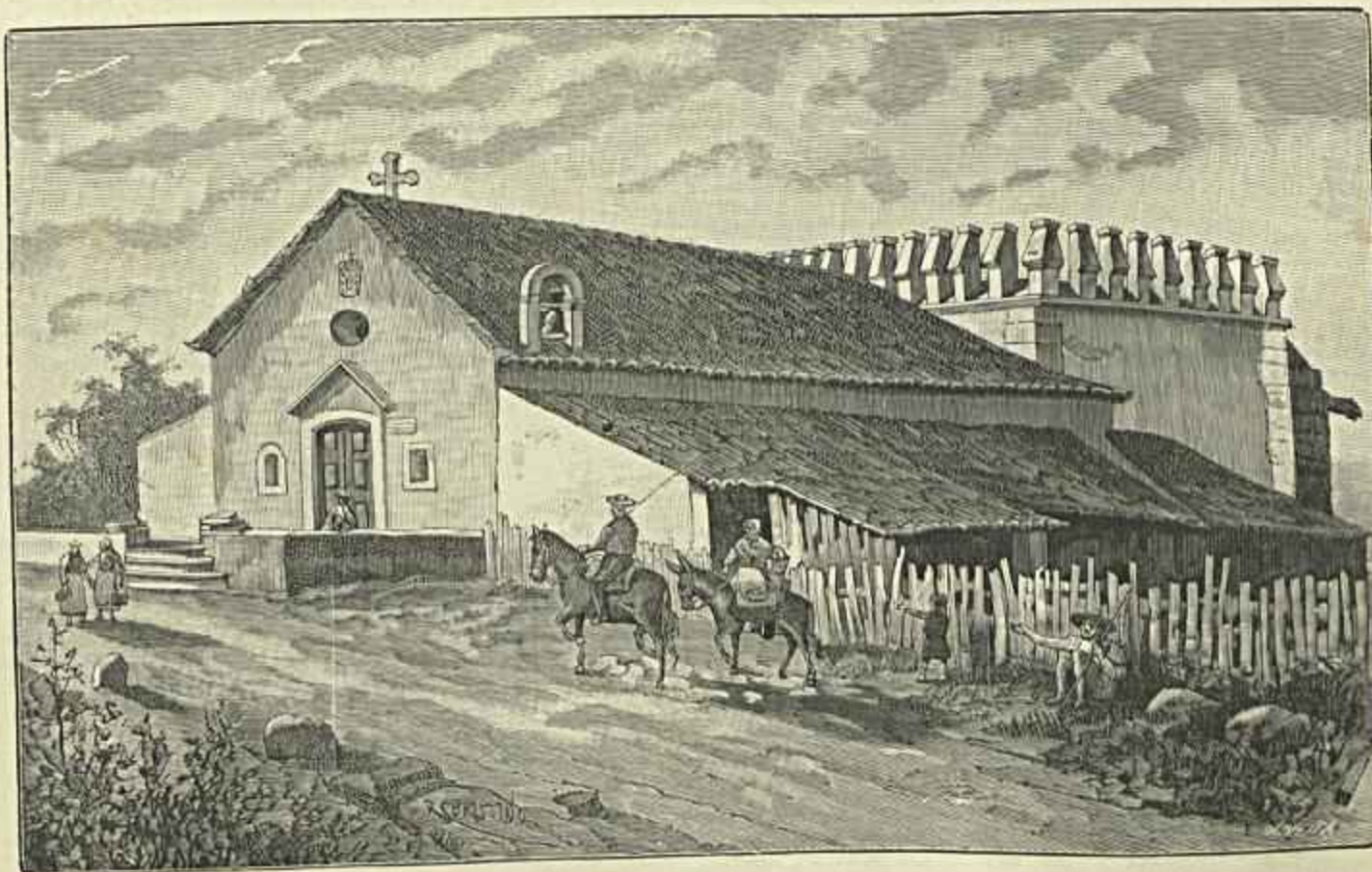
O paço do conde D. Henrique de Borgonha e da rainha D. Theziza occupava todo o lado de oeste do castello, desde a torre visinha das duas, que defendem a porta principal da fortaleza, até ás duas torres, que estão de guarda á porta do norte. As paredes do paço da parte do oeste e norte apoiam-se sobre as muralhas do castello, e conservam-se inteiras, com as suas janellas, mostrando perfeitamente a divisão dos aposentos. As outras paredes do lado de leste e sul teem por assento o mesmo sólo em que se levanta a fortaleza porém ambas se acham aluidas em toda a sua metade superior.

Constava o paço de dois andares, mui baixos e acanhados. As janellas da frontaria de oeste conservam-se em bom estado. São pequenas, quadradas e divididas ao meio por um pilar de cantaria oitavado. A verga é direita e sextavada, e da mesma maneira as ombreiras. As janellas teem assentos de pedra. Todas as janellas, portas e frestas do castello e da torre são de verga direita, no que encontrarão os estudiosos uma proficua lição sobre a architectura na epocha da condessa Dona Muma e do conde D. Henrique de Borgonha, isto é, nos seculos x e xi, nos quaes ainda não tinha entrado em o nosso paiz o estilo gothico, ou ogival.

A maior sala do paço tem duas janellas, abertas nas extremidades, deixando entre si um extenso vão de parede, com uma grande e tosca chaminé. Os outros aposentos, bem poucos, apesar de terem demolidas as paredes divisorias, deixam ajuizar com exactidão da sua pequenez. Tambem serviam de aposentos regios as duas torres com que o paço confinava; mas cada uma apenas tem um quarto muito pequeno. Ao presente entra-se no paço pela torre do norte, depois de se ter subido grosseira escada de pedra, encostada á muralha, d'esse mesmo lado, como as outras de que acima fallei.

(Continúa.)

I. de Vilhena Barboça.



CAPELLA DE S. JORGE EM ALJUBARROTA, COMMEMORATIVA DA GRANDE BATALHA QUE ALI SE DEU

(Desenho do natural por J. R. Christino)

tos eleitoraes do Porto, com uma prestidigitação pouco limpa, mas que enfim satisfaz ás exigencias dos grandes males aos quaes é mister aplicar grandes remedios.

Diga-nos o leitor se toda esta actividade divertida, que traz os espiritos entretidos, n'esta boa terra pacata e erma de commoções, não desaparece ao concluir-se o acto eleitoral, voltando tudo ao «tanto se me dá como se me deu?»

Os que cantarem victoria terão apenas vencido a preguiça nacional; os vencidos, ter-se-hão apenas deixado vencer pela mesma preguiça, e como a indolencia é a feição dominante da nossa vida, lá se vae toda essa virilidade civica de que nos possuímos por um momento, e tudo ficará reduzido á indifferença politica que ha um bom par d'annos nos domina.

E no entanto, nos horisontes da patria acumula-se nuvens de mau agouro, e é por isso que repetimos que, o melhor da festa é antes das eleições, porque depois, talvez a indolencia nacional seja despertada por um d'esses acontecimentos que produzem forte commoção n'um paiz.

Nós não quizeramos terminar a nossa revista por uma noticia triste, mas essa noticia tem tão grande importancia na politica, que não podemos deixar de a dar, ainda que para o leitor não seja novidade.

É que El-rei D. Luiz está perigosamente enfermo e essa enfermidade tem resistido tenazmente ás applicações da sciencia.

Temos guardado a maior reserva sobre este melindroso assumpto, sem nos fazermos echo do muito que na imprensa se tem dito a este respeito, mas n'este momento esta noticia é uma triste verdade, não obstante o *Diario do Governo* não publicar noticias da saude da familia real.

E até depois das eleições.

João Verdades.



RESENHA NOTICIOSA

VENEZA A formosa rainha do Adriatico vae passar por uma completa transformação.

Os seus canaes e os seus palacios decadentes vão desaparecer n'um espaço não superior a dez annos, que tanto é o tempo calculado para esta transformação feita com a ideia de livrar a nobre cidade dos seus canaes lamacentos pouco favoraveis á hygiene, e de lhe dar um aspecto moderno que lhe traga a vida que ella agora não tem.

Bem se vê que estamos na época do positivismo para não dizer-mos materialismo

PINHEIRO CHAGAS. — Este eminente escriptor e parlamentar portuguez que se acha agora em Paris, onde foi visitar a exposição acompanhado por seu filho Mario, tem tido uma recepção brilhante entre a colonia portugueza e por parte de alguns homens mais importantes na politica, na sciencia e nas artes de França.

Pinheiro Chagas assistiu ao banquete dado em honra do Visconde de Cavalcante, brasileiro illustre que presidiu aos trabalhos da secção brasileira, na exposição de Paris, e que se retirou para a America.

N'esse banquete de despedida Pinheiro Chagas alcançou um assignalado triumpho pela sua palavra prestigiosa, n'um breve improviso que fez.

Discursava-se no banquete muito sobre o Brazil e ninguem se lembrava de Portugal. Pinheiro Chagas sentia-se maguado por este olvido n'uma festa de brasileiros e portuguezes, na presenca de francezes, e essa magua levou-o a tomar a palavra para lembrar a sua patria n'aquella festa.

Logo ás primeiras palavras do seu improvisado discurso em francez, o auditorio rompeu em applausos, e com a finura que caracteriza este notavel orador, elle soube exaltar a patria e ser extrema-



THOMAZ EDISON, INVENTOR DO PHONOGRAPHO

mente amavel para o Brazil e para a França a quem dirige esta phrase: «On lui reproche d'allumer des incendies mais c'est elle qui brûle et c'est le monde qui est éclairé» phrase coberta de de applausos.

A Pinheiro Chagas respondeu Lavasseur principiando por dizer: «Brindo a Portugal que tem homens assim!»

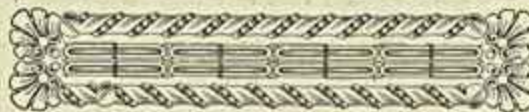
O CANTOR FRANCISCO DE ANDRADE. — Está alcançando grandes triumphos no Theatro Kroll de Berlim o nosso compatriota Francisco de Andrade. Tem cantado ali as operas *D. João*, *Rigoletto*, *Noce de Figaro*, *Guilherme Tell*, *Baile de Mascaras* e *Africana*, e em todas tem recebido extraordinarios applausos.

As condições do seu contracto com o empresario do theatro Kroll são o de receber 50% da receita bruta em cada noite que canta, o que lhe dá uma paga bastante remuneradora e que no mez de setembro se elevou a 25:000 francos ou 4:500:000 reis de moeda portugueza.

PRESENTES OFFERCIDOS POR LEÃO XIII Á SÉ DE BRAGA. Sua Santidade o Papa Leão XIII offereceu á Sé de Braga as seguintes alfaias de culto:

Uma pxiide, uma planeta branca, uma planeta roxa, um veu de pxiide, um veu de hombros, quatro amitos, duas alvas, seis corporaes, duas cottas; treze sanguinhos, treze manustergios e duas toalhas.

JULÉS DUPRÉ.— Falleceu em França este notavel pintor, um dos mestres da pintura de paisagem. Tinha 77 annos, pois nascera em Nantes em 1812.



PUBLICAÇÕES

Recebemos e agradecemos:

A *Senhora Duqueza* por Luciano Cordeiro, Lisboa, Livraria Ferin. Um vol. de 350 pag. in-8.º o primeiro dos *Serões Manuelinos* que o auctor se propõe publicar. Só hoje podemos dar noticia aos nossos leitores do bello livro *A Senhora Duqueza*, que o incançavel espirito investigador de Luciano

Cordeiro teve arte de compor d'entre o pó dos archivos de Villa Viçosa; e com que arte elle o compoz, com que espirito critico elle compulsou os documentos esquecidos ou desprezados por outros auctores que antes d'elle se occuparam da negra tragedia de Villa Viçosa, apresentando com toda a sua realidade os protagonistas d'essa tragedia, que chegou a ter foros de lenda romantica, envolvida em falcidas historicas, que faziam do Duque D. Jayme um monstro de crueldade ou um louco, sem atenuantes absolutorias da nefanda morte dos dois amantes.

A *Senhora Duqueza* livro baseado sobre documentos poderá parecer, só por este annuncio, o que muitos chamam uma massada, mas não se assustem esses leitores impacientes, porque o livro de Luciano Cordeiro lê-se desafogadamente, sem aborrecimento, o que é um verdadeiro achado no genero.

Não conhecemos auctor que melhor saiba fundamentar a sua narrativa com documentos, sem que esses documentos esmaguem o leitor sob o seu peso.

Servir-se de documentos para com elles desenhar, para assim dizer-mos, os personagens, mettel-os no dialogo para dar todo o caracter real, dos individuos e do tempo á sua historia, e assim fazer viver no livro os personagens com toda a realidade, que tres seculos de lenda tinham deturpado, é um trabalho litterario para que não baste a vontade investigadora, senão a arte, a critica e o gosto do escriptor.

E é isto que se encontra no livro *A Senhora Duqueza*, como melhor o leitor poderá vêr no excerpto que n'outro lugar publicamos e que descreve a scena da morte violenta da Duqueza e do pagem Antonio Alcoforado.

Revista Popular de Conhecimentos uteis, periodico semanal illustrado, indispensavel ás familias, aos artistas e aos industriaes. Lisboa, n.º 71 do II anno. Esta publicação continua a sair a publico regularmente, com muito interesse para os seus leitores, pela variedade de conhecimentos que vulgarisa.

Gazeta dos Caminhos de Ferro de Portugal e Hespanha, contendo uma parte official por despacho de 5 de março de 1888 do Ministerio das Obras Publicas, proprietario-director L. de Mendonça e Costa, engenheiro-consultor C. Xavier Cordeiro. Lisboa, n.º 43, de 1 do corrente. A utilidade d'esta publicação é inutil encarecel-a dizendo-se que é a unica que se publica no paiz, e com a qual, o commercio especialmente tem muito a lucrar.



ALMANACH ILLUSTRADO DO OCCIDENTE

Para 1890

NONO ANNO DE PUBLICAÇÃO

Está no prelo o *Almanach Illustrado do Occidente para 1890*.

Recebem-se annuncios para este almanach, assim como encomendas do mesmo.

Dirigir os annuncios e encomendas á

EMPRESA DO OCCIDENTE

Largo do Poço Novo

LISBOA

Reservados todos os direitos de propriedade artistica e litteraria.

Adolpho, Modesto & C. — IMPRESSORES

25 A 43 — RUA NOVA DO LOUREIRO — 25 A 43